

Energia comum na América Latina

MALTA, Sergio. *“Energia comum na América Latina”*. O Globo. Rio de Janeiro, 24 de julho de 2016.

Em encontro recente realizado pelo World Energy Council (WEC), no Rio, analistas discutiram o futuro energético da América Latina e a questão da integração surgiu como tema prioritário. Desta vez, porém, mais do que um item essencial para a segurança energética, a capacidade de transferir energia entre os sistemas elétricos dos diversos países foi apontada como essencial para o desenvolvimento satisfatório das diversas fontes renováveis disponíveis na região e também para maximizar a exploração do potencial hidrelétrico.

Os representantes do conselho na América Latina trabalham com três cenários para os próximos anos, todos denominados por nomes de ritmos da região. O cenário chamado de Samba é aquele onde predominam as soluções de mercado, com forte participação do setor privado. No Tango, prevalece o papel estatal, que vai muito além da regulação. Ambos têm potencial para dar resultados positivos, desde que bem manejados e que não se negligencie nem a necessidade de investimentos nem a regulação eficaz. Um terceiro cenário, chamado de Blues, foi traçado para o caso de nada disso funcionar em decorrência de uma gestão ruim do setor.

A integração pode aumentar os benefícios — e a segurança — das fontes de energia renovável. Isso é crucial, quando se observa a instabilidade climática que já vem afetando a região e que tende a se intensificar nos próximos anos. Mas é preciso ficar claro que ela só ocorre quando se compartilham riscos.

O desafio de criar uma visão integrada e aproveitar as oportunidades está justamente em garantir a correta alocação dos riscos. Para isso, é preciso ir muito além de empreendimentos binacionais. É necessário criar um ambiente de diálogo multilateral, que estabeleça as bases para um novo modelo de integração.

Pouco se caminhou nessa direção nos últimos anos. Para haver integração de verdade, é preciso que os países possam confiar uns nos outros e que estejam em condições de operar os sistemas conjuntamente. Há ainda muito a avançar nessas construções diplomáticas que costumam ser bastante delicadas.

Confiança não se impõe, se conquista. Mas, para chegar a um modelo realmente integrado, é preciso impulsionar os entendimentos desde já. Na América Central, um modelo de integração começou a ser implementado em 1992. Quase 25 anos depois, os países da região ainda têm dificuldades em lidar com um regulador com competência supranacional. A integração tem que respeitar a soberania dos países, mas ser flexível e efetiva.

As vantagens da integração energética vão além da otimização dos investimentos, da preservação ambiental e do bemestar das populações da região. Nossas lideranças políticas, em especial aquelas oriundas das unidades da federação de fronteiras, já estão convencidas disso. Cabe construir os consensos necessários

para levar à frente as iniciativas que abrirão as oportunidades de realização de nossas vocações geográficas solidárias e eficazes.

Sergio Malta é diretor do Conselho Mundial de Energia e presidente do Conselho Empresarial de Energia da Firjan.